



REQUERIMENTO

Senhora Presidente e demais Membros da Comissão Permanente de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher,

Considerando que a Sabesp presta serviços na cidade de São Paulo por conta da adesão do Município à URAE 1 (Unidade Regional de Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário 1);

Considerando que o Governo do Estado de São Paulo antes da privatização da Sabesp alegava que com a venda da companhia, seria possível promover uma redução tarifária e as metas de universalização dos serviços de saneamento básico, essencial à saúde pública, seriam alcançadas com uma antecipação de quatro anos, de 2033 para 2029;

Considerando que após a privatização, ao contrário do que afirmava o governador e seu secretariado, as contas de água de muitos usuários sofreram aumentos absurdos (há caso de pessoas que pagavam R\$ 44,00 e passaram a pagar R\$ 440,00);

Considerando que a privatização da Sabesp está impactando diretamente a vida da população, sobretudo os mais pobres que têm recebido as contas com aumentos inexplicáveis;

Considerando que a rescisão de contratos subsidiados para grandes consumidores, como hospitais, museus e shopping centers também fez disparar a conta de água, impactando negativamente a saúde, a cultura e o comércio;

Considerando que integrei a Comissão Especial de Estudos que avaliou a privatização da Sabesp, por onde passaram diversos especialistas, tanto favoráveis, como contrários ao processo de privatização, onde pude interagir, sanar diversas dúvidas, me debruçar sobre os mais diversos estudos e conversar com autoridades e trabalhadores da área de saneamento;

Considerando que, como resultado desse trabalho, apresentei um robusto dossiê, no qual já apontei que a privatização não garantiria a redução das tarifas;

Considerando que a água tem chegado turva na casa de muitos munícipes, com consequências incertas para a saúde das pessoas;



Considerando que a Sabesp lançou esgoto sem tratamento diretamente no leito do Córrego do Mandaqui, desaguando no Rio Tietê;

1. Quais os critérios utilizados para o reajuste tarifário após a privatização da Sabesp?
2. Qual a justificativa para os aumentos excessivos relatados por consumidores residenciais?
3. Quais contratos subsidiados foram rescindidos e quais os impactos estimados para hospitais, equipamentos culturais e centros comerciais?
4. Como está sendo garantida a qualidade da água distribuída à população após a privatização?
5. Por que a água tem chegado turva para muitos municípios?
6. Quais os investimentos previstos para assegurar a universalização do saneamento básico até 2029?
7. Que mecanismos de transparência e controle social estão disponíveis para que a população acompanhe a política tarifária e os indicadores de qualidade dos serviços prestados?
8. A Sabesp realizou aviso prévio à população, ou concedeu informações sobre acompanhamento técnico ou autorização prévia dos órgãos ambientais competentes, como a Cetesb, a respeito do despejo de esgoto sem tratamento no Córrego do Mandaqui?
9. Encaminhamento à Comissão dos documentos e laudos técnicos da CETESB, da SABESP, da ANA e da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, especialmente de: a) registros de lançamento de esgoto no período mencionado; b) protocolos operacionais e autorizações



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

ambientais; c) avaliações de impacto ambiental subsequentes ao episódio; d) laudos técnicos de monitoramento do Rio Tietê.

São Paulo, 2 de setembro de 2025.

HÉLIO RODRIGUES

Vereador